



Ata da 4.^a Reunião de Câmara | Extraordinária

12 de dezembro de 2025, 16:00h

Maia, Paços do Concelho

Ao décimo segundo dia do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco, pelas dezasseis horas, na sala de reuniões no terceiro piso do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a quarta reunião de Câmara, extraordinária.

Presidiu à reunião o Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago.

Secretariou a reunião, Miguel Moreira.

Estiveram presentes:

1. Presidente, António Domingos da Silva Tiago
2. Vereador, José Manuel Pereira Ribeiro
3. Vereadora, Emília de Fátima Moreira dos Santos
4. Vereador, Paulo Sérgio Fernandes da Rocha
5. Vereador, Mário Nuno Alves de Sousa Neves
6. Vereador, André Pedro de Almeida
7. Vereadora, Marta Moreira de Sá Peneda
8. Vereadora, Adelina Fernanda Magalhães Rodrigues
9. Vereador, Hernâni Avelino da Costa Ribeiro
10. Vereadora, Helena Alexandra Guimarães Ferreira

Esteve ausente, por motivos devidamente justificados: a Senhora Vereadora, Susana Maria Pereira Junqueira Pacheco Neto (Coligação Maia em Primeiro).

Esteve presente em regime de substituição: a Senhora Vereadora, Maria Madalena Moutinho Nogueira dos Santos (Coligação Maia em Primeiro).



Handwritten signature in blue ink.

A reunião teve início pelas 16:00h, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Instrumentos de Gestão Previsional 2026-2030 – Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia – E.M.

Ofício da Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.M. – registo n.º 66016/25

Prestou esclarecimentos de natureza técnica o Senhor Administrador Executivo da EMEM, Ângelo Oliveira.

O Senhor Vereador, André Pedro de Almeida, questionou, em primeiro lugar, a razão pela qual se perspectivava um aumento de quarenta e cinco por cento nos subcontratos de fornecimentos e serviços externos, bem como que tipo de trabalhos especializados estavam previstos para justificar a orçamentação de um valor quase duplicado face ao ano transato. Em segundo lugar, perguntou a que correspondia uma rubrica inserida nos serviços especializados, relativa a comissões no montante de vinte e cinco mil euros. Por último, questionou a razão pela qual o valor previsto para a eletricidade havia sido revisto em baixa, passando de quarenta e cinco mil euros anuais para trinta mil euros anuais.

O Senhor Administrador Executivo da EMEM, Ângelo Oliveira, respondeu que a EMEM havia renegociado o contrato de fornecimento de energia, o que justificava a redução do valor previsto. Esclareceu ainda que as comissões diziam respeito às redes multibanco, designadamente à SIBS e à Unicre. Relativamente aos subcontratos, referiu que a principal alteração decorria do aumento do volume de negócios associado aos registos e ao notariado, associado aos processos de contraordenação, instrução e decisão, acrescentando que o crescimento da receita nessa área implicava um acréscimo de despesa nos respetivos serviços. Deu ainda nota da celebração de um novo contrato com uma empresa que prestava apoio tecnológico à EMEM, nomeadamente nos processos de instrução e decisão. Prosseguiu a intervenção referindo que a principal diferença nos trabalhos especializados se relacionava com a modernização administrativa, quer ao nível do investimento, quer da digitalização dos processos.

O Senhor Vereador, André Pedro de Almeida, perguntou se existia uma causa efeito entre o aumento da receita e o aumento no valor dos subcontratos.



O Senhor Administrador Executivo da EMEM, Ângelo Oliveira, respondeu que sim.

O Senhor Vereador, André Pedro de Almeida, perguntou então se a receita tinha aumentado mais do que o valor dos subcontratos, em percentagem.

O Senhor Administrador Executivo da EMEM, Ângelo Oliveira, esclareceu que tinha de existir uma cobertura do valor em termos absolutos, pois as percentagens podiam variar, dependendo do impacto de cada uma rubricas na conta respetiva.

O Senhor Vereador, André Pedro de Almeida, perguntou se, em valor absoluto, uma coisa compensava a outra.

O Senhor Administrador Executivo da EMEM, Ângelo Oliveira, respondeu que sim.

O Senhor Vereador, André Pedro de Almeida, questionou a que correspondia o montante de cinco mil euros inscrito na rubrica "outros gastos", relativo a donativos. Questionou ainda se, face ao excedente previsto superior a cento e sessenta mil euros, fazia sentido a Câmara Municipal manter o subsídio de cento e trinta e cinco mil euros, considerando que o excedente projetado era superior ao valor atribuído.

O Senhor Administrador Executivo da EMEM, Ângelo Oliveira, esclareceu que o montante de cinco mil euros inscrito na rubrica de donativos dizia respeito a uma iniciativa desenvolvida pela EMEM, denominada '*Maiia.eMotion*', destinando-se ao pagamento dos prémios associados a esse programa. Esclareceu ainda que o apoio à exploração se encontrava condicionado aos resultados, mas que, em termos orçamentais, aquele valor deveria ser obrigatoriamente previsto.

Foi tomado conhecimento.

2. Instrumentos de Gestão Previsional 2026 – Maiambiente – Empresa Municipal do Ambiente, E.M.

Ofício da Maiambiente – Empresa Municipal do Ambiente, E.M. – registo n.º 66126/25

Prestação de esclarecimentos de natureza técnica pelo Senhor Administrador Executivo da Maiambiente, Carlos Mendes.

O Senhor Vereador, André Pedro de Almeida, interveio para referir que o orçamento não lhe parecia, no geral, desfavorável, uma vez que evidenciava um crescimento de dois milhões de euros em ativos fixos tangíveis e em capital próprio, bem como uma



457

redução de seiscentos mil euros no passivo, o que considerava serem sinais positivos. Prosseguiu referindo a existência de uma rubrica relativa a fornecimentos e serviços externos com um peso muito significativo, questionando quais os subcontratos existentes, que tipo de serviços especializados justificavam um montante de cerca de um milhão e duzentos mil euros de despesa, e quais os serviços diversos que representavam aproximadamente dois milhões e seiscentos mil euros.

O Senhor Administrador Executivo da Maiaambiente, Carlos Mendes., interveio para agradecer as palavras proferidas relativamente ao orçamento, em particular no que respeita ao balanço, salientando que, em regra, os balanços das empresas não são muito valorizados, apesar de constituírem documentos de grande importância. Prosseguiu a intervenção, referindo que existiam dois grandes subcontratos: o primeiro assegurava a limpeza pública do Concelho, esclarecendo que toda a atividade delegada na empresa ao nível da limpeza pública se encontrava subcontratada, dando nota de que o valor do contrato rondava os dois milhões e quinhentos mil euros. Acrescentou ainda a existência de um contrato-programa com a Câmara Municipal que, para além do peso financeiro do contrato, incluía uma componente de gestão do próprio contrato e uma componente destinada à cobertura do IVA não dedutível. O segundo subcontrato dizia respeito à recolha de resíduos, incidindo, na sua principal expressão, sobre a recolha dos resíduos dos contentores existentes na via pública, referindo ainda que a recolha porta a porta efetuada nas freguesias de Águas Santas e Pedrouços, tanto em clientes domésticos como não domésticos, se encontrava igualmente subcontratada, dando nota de que o valor deste contrato rondava os dois milhões e quatrocentos mil euros. Prosseguiu a intervenção, referindo que existiam diversas rubricas no âmbito dos serviços especializados, sendo a mais expressiva a relativa à conservação e preparação de viaturas, dando nota de que, no plano de investimentos, se encontrava previsto um plano de renovação da frota, com vista a mitigar o crescimento dos encargos associados à manutenção. Terminou a intervenção esclarecendo que, no que respeita aos serviços diversos, a maior parte do valor estava relacionada com os custos de tratamento de resíduos, designadamente os montantes pagos à LIPOR.

Foi tomado conhecimento.



3. Plano de Atividades e Orçamento 2026 – Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão de Património, E.M. S.A.

Ofício da Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão de Património, E.M. S.A. – registo n.º 66005/25

Prestação de esclarecimentos de natureza técnica pelo Senhor Administrador Executivo da Espaço Municipal, Nuno Lopes, e pelo Senhor Presidente do Conselho de Administração da Espaço Municipal, Inácio Fialho de Almeida.

Foi tomado conhecimento.

4. Plano de Atividades e Orçamento 2026 – Fundação Conservatório de Música da Maia

Informação da Fundação Conservatório de Música da Maia – registo n.º 66251/25

Prestação de esclarecimentos de natureza técnica pelo Dr. José Eduardo Azevedo.

Foi tomado conhecimento.

5. G.O.P. – Plano Plurianual de Investimentos, Plano das Atividades Mais Relevantes para o quinquénio 2026-2030 e Orçamento Ordinário para o ano 2026 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia – SMAS da Maia

Ofício dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia – registo n.º 65437/25

Prestação de esclarecimentos de natureza técnica pela Senhora Administradora Delegada dos SMAS, Cristina Andrade.

Foi tomado conhecimento.

6. Aprovação do Mapa de Pessoal para o ano de 2026. Custo máximo com o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos e não ocupados e aprovação de necessidades de novos postos de trabalho – Mapa Anual Global – SMAS da Maia

Ofício dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia – registo n.º 65397/25



Foi tomado conhecimento.

7. Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2026 – Município da Maia

Informação do Departamento de Finanças e Património – registo n.º 66254/25

Prestação de esclarecimentos de natureza técnica pela Senhora Diretora do Departamento de Finanças e Património, Alexandra Carvalho.

O Senhor Vereador, José Manuel Pereira Ribeiro, interveio para referir que o grande desafio era aumentar a capacidade de execução da parte capital, referindo que a média dos últimos quatro anos estava nos quarenta por cento.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, interveio para referir que a Câmara fazia muito e que não era possível executar mais.

O Senhor Vereador, José Manuel Pereira Ribeiro, referiu que se podia correr o risco de perder as verbas do PRR, dando nota dos prazos apertados associados ao PRR.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, deu nota que o todo o parque habitacional do Município estava reabilitado.

O Senhor Vereador, José Manuel Pereira Ribeiro, voltou a referir que a taxa de execução, nos últimos quatro anos, se situou nos quarenta por cento. Acrescentou que uma das causas para a baixa execução poderia prender-se com a dificuldade em assegurar o acompanhamento de todos os projetos, o que evidenciava a necessidade de investir em recursos humanos. Manifestou ainda disponibilidade para debater a situação e analisar possíveis soluções para ultrapassar o problema.

A Senhora Diretora do Departamento de Finanças e Património, Alexandra Carvalho, interveio para referir que o último ano não constituía um bom exemplo, uma vez que, na área da contratação pública, o prazo para adjudicação de projetos de valor material relevante nunca era inferior a oito meses. Esclareceu que, para se poderem lançar empreitadas, era necessário existir dotação orçamental, a qual ficava comprometida mesmo sem execução imediata. Acrescentou ainda que o ano seguinte teria de apresentar uma execução significativa, uma vez que muitas empreitadas tinham sido adjudicadas ao longo do ano de dois mil e vinte e cinco.



Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'H. Avelino'.

O Senhor Vereador, José Manuel Pereira Ribeiro, perguntou quais tinham sido as execuções de capital nos últimos quatro anos.

A Senhora Diretora do Departamento de Finanças e Património, Alexandra Carvalho, respondeu que foram de quarenta por cento.

O Senhor Vereador, José Manuel Pereira Ribeiro, referiu que não estava a inventar, que os documentos eram públicos e estavam disponíveis para consulta.

O Senhor Vereador, Hernâni Avelino da Costa Ribeiro, interveio para referir que os quarenta por cento de execução eram também calculados com base no saldo transitado da gerência anterior, defendendo que os cálculos deveriam ser efetuados sobre o valor do orçamento sem inclusão desse saldo. Considerou que, ao ser calculada a taxa de execução com base em saldos transitados de anos anteriores, a mesma ficava desvirtuada.

O Senhor Vereador, José Manuel Pereira Ribeiro, interveio para referir novamente que a taxa de execução era, ainda assim, baixa.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, interveio para referir que o problema era, em grande medida, de natureza burocrática, uma vez que existiam empresas que, ao apresentarem pedidos de esclarecimento nos procedimentos de contratação, faziam com que os processos se atrasassem. Referiu ainda a existência de outro constrangimento relacionado com a mão de obra, uma vez que muitas empresas não dispunham de capacidade de resposta suficiente, situação relativamente à qual a Câmara Municipal era impotente para intervir.

A Senhora Diretora do Departamento de Finanças e Património, Alexandra Carvalho, interveio para referir que, ao abrir os procedimentos, os cabimentos e compromissos ficavam cativos, não permitindo a sua execução imediata. Esclareceu que, em dois mil e vinte e seis, se iniciaria a execução de muitas verbas, uma vez que as empreitadas tinham sido todas adjudicadas no final de dois mil e vinte e cinco. Ressalvou que tal não teria impacto na execução do orçamento de dois mil e vinte e cinco, mas que se refletiria na execução do orçamento de dois mil e vinte e seis, destacando a importância de assegurar a execução das verbas, sob pena de perda de financiamento.



PLM

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, interveio para referir que quando se iniciavam os trabalhos de um qualquer empreendimento público, mais de cinquenta por cento do trabalho já estava realizado.

O Senhor Vereador, José Manuel Pereira Ribeiro, interveio para perguntar quando é que o Município ia avançar com a contabilidade analítica integral, dando nota que permitia uma gestão rigorosa e que a Câmara da Maia tinha todas as condições para o fazer.

A Senhora Diretora do Departamento de Finanças e Património, Alexandra Carvalho, respondeu que a Câmara da Maia já tinha avançado com o processo, e que em dois mil e vinte e seis o processo ficaria completo, estando a faltar apenas a afetação dos custos indiretos.

O Senhor Vereador, José Manuel Pereira Ribeiro, perguntou se todo o universo do Município da Maia, empresas municipais incluídas, era obrigado a fazer contabilidade analítica.

A Senhora Diretora do Departamento de Finanças e Património, Alexandra Carvalho, respondeu que apenas controlava o Município da Maia, e que as empresas municipais tinham contabilidade própria e individual, com responsáveis próprios.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, interveio para esclarecer que iria haver uma reunião no dia dezassete de dezembro, para aprovar ou tomar conhecimento dos documentos, e que depois os documentos seriam remetidos à Assembleia Municipal, que se realizaria no dia vinte e três de dezembro.

O Senhor Vereador, Paulo Sérgio Fernandes da Rocha, interveio para pedir que fosse enviada a apresentação efetuada pela Senhora Diretora do Departamento de Finanças e Património, Alexandra Carvalho, ressaltando a importância da mesma.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, deu nota que a apresentação iria ser facultada.

Foi tomado conhecimento.



Pelas 18:43h o Senhor Presidente da Câmara encerrou a reunião, da qual se lavra a presente ata, que é constituída por 9 (nove) páginas e respetivos anexos.

O Presidente da Câmara Municipal da Maia

António Domingos da Silva Tiago

O Secretário da Reunião

Miguel Moreira

Maia e Paços do Concelho, 12 de dezembro de 2025

